



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Receita Federal

Edital Esaf nº 124, de 26/12/2016

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA AJUDANTES
DE DESPACHANTES ADUANEIROS - ADA
(VÁLIDO PARA CERTIFICAÇÃO DO DESPACHANTE ADUANEIRO
COMO OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO - OEA)**

PROVAS OBJETIVAS 1 E 2

INSTRUÇÕES

- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
Nome: _____ Nº de Inscrição _____
- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:
- “O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.”*
- DURAÇÃO DAS PROVAS: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
Nas provas objetivas há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.

1	2	3	4	5
(A)	(A)	(A)	(A)	(A)
(B)	(B)	(B)	(B)	(B)
(C)	(C)	(C)	(C)	(C)
(D)	(D)	(D)	(D)	(D)
(E)	(E)	(E)	(E)	(E)
- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- Durante as provas, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término das provas poderão ser copiados seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS em papel próprio, fornecido pela Esaf, conforme subitem 6.8 do edital regulador do processo seletivo.
- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início das provas. A **não** observância dessa exigência acarretará sua exclusão do processo seletivo.

Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o
CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 1 a 7

5 Hoje em dia não se tem respeito pela filosofia. Quando meu colega Ned Block contou ao pai, que se especializara nessa matéria, a resposta foi “Luft” — palavra iídiche que significa “ar” e também designa um sonhador sem senso prático.

10 Mas, longe de serem estéreis e sonhadoras, as ideias dos filósofos podem ter repercussões durante séculos. A tábula rasa e suas doutrinas acompanhantes infiltraram-se na sabedoria convencional de nossa civilização e afloraram repetidamente em lugares inesperados.

15 William Godwin (1756-1835), um dos fundadores da filosofia política liberal, escreveu que “as crianças são uma espécie de matéria-prima posta em nossas mãos” e suas mentes, “uma folha de papel em branco”. Até Walt Disney inspirou-se na metáfora e escreveu: “Imagino a mente de uma criança como um livro em branco”. Rousseau não poderia ter antevisto Pocahontas, o mais rematado exemplo de bom selvagem.

25 A alma de Rousseau parece ter sido canalizada pelo autor de um artigo recentemente publicado na página de Opiniões do *Boston Globe* no Dia de Ação de Graças: “Eu diria que o mundo que os nativos americanos conheciam era estável, mais feliz e menos bárbaro que nossa sociedade atual. A harmonia da comunidade era grande, pois os nativos respeitavam o que os circundava.”

30 Também a terceira doutrina, o “fantasma da máquina”, continua a marcar presença nos tempos modernos. Em 2001, o presidente americano anunciou que o governo não financiaria pesquisa sobre células-tronco humanas se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obtê-las. Essa política ele derivou de consultas não só com cientistas, mas também com filósofos e pensadores religiosos. Muitos deles alicerçaram o problema moral no “recebimento da alma”. Alguns afirmavam que esse momento ocorre na concepção. Esse argumento revelou-se decisivo. A talvez mais promissora tecnologia médica do século XXI foi decidida ponderando-se a questão moral: quando o fantasma entra na máquina?

45 Essas são apenas algumas impressões digitais que essas doutrinas deixaram na vida intelectual moderna.

PINKEY, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 31-33 (com adaptações).

01. O trecho do texto que resume a tese defendida pelo autor, no que se refere à importância da filosofia para a nossa civilização, é
- a) “Luft — palavra iídiche que significa ‘ar’ e também designa um sonhador sem senso prático.” (linhas 4-5).
 - b) “Mas, longe de serem estéreis e sonhadoras, as ideias dos filósofos podem ter repercussões durante séculos” (linhas 6-8).
 - c) “William Godwin (1756-1835), um dos fundadores da filosofia política liberal, escreveu que “as crianças são uma espécie de matéria-prima posta em nossas mãos” (linhas 12-15).
 - d) “Até Walt Disney inspirou-se na metáfora e escreveu: ‘Imagino a mente de uma criança como um livro em branco’” (linhas 16-18).
 - e) “A alma de Rousseau parece ter sido canalizada pelo autor de um artigo recentemente publicado” (linhas 21-22).
02. As doutrinas em que se fundamenta o autor para exemplificar a sua argumentação, conforme definidas no texto, são
- a) a tábula rasa, o bom selvagem e o “fantasma da máquina”.
 - b) a tábula rasa, a filosofia política liberal e o “fantasma da máquina”.
 - c) o bom selvagem, o “fantasma da máquina” e o “recebimento da alma”.
 - d) a filosofia política liberal, o “fantasma da máquina” e as células-tronco.
 - e) o bom selvagem, a política das células-tronco e o “fantasma da máquina”.
03. No trecho “Rousseau não poderia ter antevisto Pocahontas, o mais rematado exemplo de bom selvagem” (no terceiro parágrafo), a palavra em destaque poderia ser substituída, sem perda para o sentido geral do texto e mantendo a correção gramatical, por
- a) famoso.
 - b) esquisito.
 - c) delicado.
 - d) inusitado.
 - e) acabado.

04. Assinale a opção que, mantendo a coerência das ideias e a correção gramatical, representa uma reescritura do seguinte trecho do texto: “Em 2001, o presidente americano anunciou que o governo não financiaria pesquisa sobre células-tronco humanas se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obtê-las.”
- O presidente americano anunciou que o governo não financiaria, em 2001, pesquisa sobre células-tronco humanas se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obtê-las.
 - O presidente americano em 2001, anunciou que o governo não financiaria pesquisa sobre células-tronco humanas, se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obtê-las.
 - Em 2001, se os cientistas tivessem de destruir novos embriões, para obter células-tronco humanas o presidente americano, anunciou que o governo não financiaria esse tipo de pesquisa.
 - O governo não financiaria, em 2001, pesquisa sobre células-tronco humanas se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obtê-las, foi o que o presidente americano anunciou.
 - O presidente americano, em 2001, anunciou que, se os cientistas tivessem de destruir novos embriões para obter células-tronco humanas, o governo não financiaria pesquisa sobre essas células.
05. Segundo o texto, as doutrinas apresentadas deixaram na vida intelectual moderna algumas “impressões digitais”. Observando o sentido atribuído no texto a essa expressão, assinale a opção com a passagem que não apresenta nenhuma “impressão digital” das teorias abordadas.
- “Até Walt Disney inspirou-se na metáfora” – 3º parágrafo
 - “e também designa um sonhador sem senso prático” – 1º parágrafo
 - “Pocahontas, o mais rematado exemplo de bom selvagem” – 3º parágrafo
 - “as crianças são uma espécie de matéria-prima posta em nossas mãos” – 3º parágrafo
 - “Muitos deles alicerçaram o problema moral no ‘recebimento da alma’” – 5º parágrafo
06. O termo destacado e que se encontra entre vírgulas no trecho “William Godwin (1756-1835), um dos fundadores da filosofia política liberal, escreveu” é um
- aposto.
 - vocativo.
 - sujeito posposto.
 - predicativo do sujeito.
 - adjunto adverbial deslocado.
07. Observe a estrutura do seguinte trecho adaptado do texto:
- William Godwin escreveu que “as crianças são uma espécie de matéria-prima posta em nossas mãos” e suas mentes, “uma folha de papel em branco”.
- Assinale a opção correta sobre o que esse trecho contém.
- Uma vírgula opcional.
 - Dois pares de aspas, ambos usados para dar ênfase.
 - Elipse de verbo de ligação e de conjunção integrante.
 - Dois adjuntos adverbiais coordenados por meio de conjunção aditiva.
 - Um período com duas orações: uma oração principal e uma subordinada adverbial.
- Texto para as questões 8, 9 e 10**
- Às dez horas da manhã deste dia em que estamos, dois policiais à paisana subiram ao quarto andar e tocaram à campainha. Veio abrir-lhes a mulher do médico, que perguntou, Quem são vocês, que
- 5 querem, Somos agentes da polícia e trazemos ordem de levar o seu marido para um interrogatório, não vale a pena que se canse a dizer-nos que saiu, a casa encontra-se vigiada, por isso não temos
- 10 dúvidas de que ele esteja aqui, Não há qualquer razão para que tenham de interrogá-lo, a acusada de todos os crimes, pelo menos até agora, tenho sido eu, Esse assunto não é da nossa conta, as ordens que recebemos são estritas, levar o
- 15 médico, não a mulher do médico, portanto, se não quiser que entremos à força, vá chamá-lo, e já agora prenda esse cão, não vá acontecer-lhe algum acidente. A mulher fechou a porta. Abriu-a
- 20 outra vez pouco depois, o marido vinha com ela, Que desejam, Levá-lo para um interrogatório, já o tínhamos dito à sua mulher, não vamos levar o resto do dia a repeti-lo, Trazem credenciais, um
- 25 mandado, Mandado não é necessário, a cidade está sob estado de sítio, quanto às credenciais, aqui estão os nossos cartões, veja se lhe servem, Terei primeiro de mudar de roupa, Um de nós
- acompanha-o, Têm medo que eu fuja, de que me suicide, Só cumprimos ordens, nada mais.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 323.
08. O trecho do texto em que há um acento indicativo de crase empregado opcionalmente é
- “Às dez horas” (linha 1).
 - “à paisana” (linha 2).
 - “à força” (linha 15).
 - “à sua mulher” (linha 20).
 - “às credenciais” (linha 23).

09. No que se refere às estruturas sintáticas do trecho “Veio abrir-lhes a mulher do médico, que perguntou, Quem são vocês” (linhas 3 e 4), é correto afirmar que

- a) o termo “a mulher do médico” é o sujeito do verbo “perguntou”.
- b) o pronome “que” e o pronome *à qual* são permutáveis na frase.
- c) o pronome “que” tem a função de um complemento verbal.
- d) o objeto direto do verbo “abrir” está subentendido.
- e) a vírgula após “médico” é opcional.

10. Considerando que as estruturas linguísticas do texto de Saramago seguem regras próprias do autor, assinale a opção em que a reescritura de passagem desse texto está de acordo com a prescrição gramatical vigente para a modalidade escrita formal da língua portuguesa.

- a) “Veio abrir-lhes a mulher do médico, que perguntou, Quem são vocês, que querem,”

Veio abrir a porta a mulher do médico que perguntou:

— **Quem são vocês e que querem.**

- b) “Não há qualquer razão para que tenham de interrogá-lo, a acusada de todos os crimes, pelo menos até agora, tenho sido eu,”

— **Não há qualquer razão, para que tenham de interrogá-lo; a acusada de todos os crimes pelo menos até agora, tenho sido eu.**

- c) “Abriu-a outra vez pouco depois, o marido vinha com ela, Que desejam, Levá-lo para um interrogatório.”

Abriu a porta outra vez, pouco depois. O marido vinha junto com ela.

— **Que desejam?**

— **Levá-lo para um interrogatório.**

- d) “Esse assunto não é da nossa conta, as ordens que recebemos são estritas, levar o médico, não a mulher do médico, portanto, se não quiser que entremos à força, vá chamá-lo, e [...]”.

— **Esse assunto não é da nossa conta. As ordens que recebemos são estritas; levar o médico, não sua mulher, portanto, se não quiser que entremos à força vá chamá-lo, e [...]**

- e) “Terei primeiro de mudar de roupa, Um de nós acompanha-o, Têm medo que eu fuja, de que me suicide, Só cumprimos ordens, nada mais.”

— **Terei primeiro de mudar de roupa. Um de nós acompanha-o.**

— **Têm medo que eu fuja, de que me suicide!**

— **Só cumprimos ordens, nada mais.**

ATENÇÃO!
SOMENTE RESPONDA ÀS QUESTÕES DO
IDIOMA INGLÊS SE ESTE TIVER SIDO SUA
OPÇÃO, QUANDO DE SUA INSCRIÇÃO.

LÍNGUA INGLESA

Trouble at the border – issues facing Canadian importers

In today’s global economy, the transportation of goods could have significant customs implications. Although imported goods can be subject to customs duties, preferential origin treatments such as the

5 North American Free Trade Agreement (NAFTA) can provide significant duty relief to importers.

Canada has numerous multilateral, bilateral and unilateral origin-based relief mechanisms in place. Importers should be aware of and take advantage of

10 any applicable origin-based duty relief opportunities. Otherwise, they can face significant unnecessary duty outlays that have a clear impact on the bottom line.

Importers that do take advantage of origin-based

15 duty relief opportunities need to ensure that they manage them appropriately. This includes having valid and complete documentation and the respective rules of origin need to be followed. Failure to properly apply and document preferential origin-

20 based duty treatments could result in significant duty costs, and in some cases, duty relief could be revoked.

Importers can be subject to significant compliance-related costs if they do not manage matters

25 appropriately.

11. The text is designed to be read by those who wish to

- a) export goods from Canada to other places.
- b) become members of NAFTA.
- c) bring goods into Canada from elsewhere.
- d) smuggle goods across borders.
- e) pay import duty on goods from Canada.

12. The phrase “preferential origin treatments” in line 4 are applied to goods coming from countries that

- a) have negotiated special trade agreements.
- b) charge exceptionally high tariffs.
- c) prefer not to be treated at customs.
- d) do their duties faithfully.
- e) are very remote from the destination.

13. In line 12, “duty outlays” refers to

- a) cost of special packaging.
- b) delays in time of arrival.
- c) confiscation of products.
- d) expenditure on taxation.
- e) outward tariff reduction.

14. To benefit from lower customs tariffs, those importing goods must
- pay any compliance-related costs.
 - employ the right insurance managers.
 - revoke previous duty schedules.
 - validate their own national passports.
 - make sure all the documents are in order.

Text 2

LONDON (Reuters) - A team of sniffer dogs set up at a British airport at a cost of 1.25 million pounds (\$1.7 million) have proved adept at discovering small amounts of cheese and sausages but not so good at finding smuggled drugs, a report said on Thursday.

An inspection of border security at Manchester Airport in northern England found that during a seven-month period, the six dogs had failed to find any illegal class A drugs, those considered the most dangerous such as heroin or cocaine.

"The deterrent effect of the detection dogs was difficult to measure, but seizures alone represented a low return on investment, given 1.25 million spent on new kennels and the costs of operating the unit," said the report by the Independent Chief Inspector of Borders and Immigration.

Each dog has its own speciality in detecting goods such as drugs, tobacco, cash and meat being illegally brought into the airport by the 22 million passengers who use it annually.

However, the report found that although the sniffers had helped customs seize 46 kg of cigarettes and 181 kg of meat, they had uncovered no class A drugs between November 2014 and June 2015 even though this was a "very high" priority.

It said one dog trained to find smuggled animal products had made "multiple accurate detections, but most were of small amounts of cheese or sausages, wrongly brought back by returning British holidaymakers and posing minimal risk to UK public health."

Managers are now examining how better to deploy the dogs, the report said.

15. A report on the use of dogs at a British airport concluded that the dogs are
- a health risk to passengers.
 - being illegally brought into Britain.
 - failing to find dangerous narcotics.
 - too hungry to work effectively.
 - unable to inspect enough suitcases.

16. The report also considered that the amount spent on the dog programme is
- money well spent on detection.
 - higher than results justify.
 - likely to bring rewards soon.
 - a drop in the ocean for Border Security.
 - a worthwhile public investment.

17. In line 12 "the deterrent effect" refers to the possibility that the dogs
- discover illicit drugs in passengers' hand luggage.
 - discourage those who might otherwise bring in drugs.
 - frighten innocent passengers into avoiding customs.
 - spot drug addicts as they try to enter the country.
 - require the use of special washing powders at the airport.

Text 3

Travel to Brazil Immigration and customs formalities are fairly straightforward.

Customs Regulations Travelers entering Brazil can bring in 2L of alcohol, 400 cigarettes, and one personal computer, video camera and still camera. Newly purchased goods worth up to US\$500 are permitted duty-free. Meat and cheese products are not allowed.

Passports By law you must carry a passport with you at all times, but many travelers opt to carry a photocopy (preferably certified) when traveling about town and to leave their passport securely locked up at their hotel.

Visas Citizens of the USA and Australia need a visa. Citizens of the United Kingdom, France, Germany and New Zealand do not. Tourist visas are valid for arrival in Brazil within 90 days of issue and then for a 90-day stay. The fee depends on your nationality. Processing times vary from one to 10 business days, sometimes less depending on nationality and consulate efficiency. Brazilian consulates will never provide expedited visa services under any circumstances, so plan ahead. You'll generally need to present one passport photograph, proof of travel and a valid passport.

People under 18 years of age who wish to travel to Brazil without a parent or legal guardian must present a notarized Visa Consent Form from the non-traveling parent/guardian or from a court.

18. According to the text, all visitors to Brazil must
- show their visa at immigration on arrival.
 - bring up to 2L of alcoholic beverages.
 - lock up their original passport to keep it safe.
 - complete an entry card on entering Brazil.
 - spend up to US\$500 on duty free goods.

19. If you need a visa for Brazil, apply for it
- a) at immigration control on arrival in Brazil.
 - b) at least 10 business days before your departure.
 - c) more than 90 days before you set off for Brazil.
 - d) at the consulate reputed to be the most efficient.
 - e) when you are ready to leave the country.
20. Look after the document you fill in on arrival because
- a) it is no use locking it up in your hotel.
 - b) you could have difficulty in leaving without it.
 - c) it shows how long you may stay in the country.
 - d) it is only valid if it is duly notarised.
 - e) you cannot buy duty free goods without it.

ATENÇÃO!
SOMENTE RESPONDA ÀS QUESTÕES DO
IDIOMA ESPANHOL SE ESTE TIVER SIDO SUA
OPÇÃO, QUANDO DE SUA INSCRIÇÃO.

LÍNGUA ESPANHOLA

EL ECONOMISTA

Sábado 11 de febrero de 2017

En el 2016, recaudación por comercio exterior creció 16.9%

De acuerdo con cifras del Servicio de Administración Tributaria (SAT), en el 2016 la recaudación total de impuestos derivada de operaciones de comercio exterior fue de 787,549.99 millones de pesos, cifra que por tercer año consecutivo significó un crecimiento anual.

El aumento en la recaudación por este concepto fue de 16.89 %. En el 2015 el dinero recaudado por el organismo derivado de las operaciones de comercio exterior sumó 673,780.96 millones de pesos, es decir 113,769.03 millones de pesos menos que en el 2016.

Septiembre fue el mes más fuerte para el pago de impuestos en las aduanas, periodo en el que se recaudaron 75,148.77 millones de pesos; en octubre y noviembre el pago de impuestos en comercio exterior bajó a 72,993.30 millones de pesos y 69,368.06 millones de pesos, respectivamente. Esta situación se puede deber a las decisiones conservadoras de algunas empresas exportadoras e importadoras en el marco de las elecciones presidenciales de Estados Unidos.

Sin embargo, para diciembre la recaudación de impuestos por operaciones de comercio exterior fue nuevamente al alza, acumulando 74,717.90 millones de pesos pagados por impuestos en este mes.

<http://eleconomista.com.mx/finanzas-publicas/2017/02/08/2016-recaudacion-comercio-exterior-crecio-169>

11. Según el texto, en 2015 la recaudación total de impuestos derivada de operaciones de comercio exterior:

- a) alcanzó los 673,780.96 millones de pesos, o sea, arrecadó 16.89 % menos que en el 2016.
- b) disminuyó 16.89 % en relación al año 2016.
- c) percibió 113,769.03 millones de pesos menos que en el 2016.
- d) ingresó 673,780.96 millones de pesos menos que en el 2016.
- e) quitó 16,89% del valor alcanzado en el 2016.

12. De acuerdo con el texto, la baja del pago de impuestos en comercio exterior en los meses de octubre y noviembre de 2016:

- a) es posible que esté vinculada a resoluciones de empresarios conservadores.
- b) debe de ser producto de decisiones poco audaces de ciertas empresas exportadoras e importadoras.
- c) está ajena a las elecciones presidenciales de Estados Unidos.
- d) obedece a un contexto internacional inestable.
- e) se debe a determinaciones conservadoras de algunas empresas de exportación e importación.

EL PAÍS. ES

Pekín 13 FEB 2017 - 03:25 BRST

Japón sostiene su crecimiento económico gracias a las exportaciones

Japón, la tercera mayor economía del mundo, creció un 0,2% entre octubre y diciembre de 2016 en comparación con los tres meses anteriores. Es una tasa ligeramente menor a lo que esperaban los especialistas pero alentadora porque certifica la cuarta expansión consecutiva en términos intertrimestrales, algo que no se veía desde septiembre de 2013. Inmersa en un plan de estímulo fiscal y monetario sin precedentes cuya efectividad ha ido de más a menos, la economía nipona se benefició el año pasado de un yen débil y de la incipiente recuperación de la demanda global.

Los datos preliminares publicados este lunes por el Gobierno japonés muestran que el archipiélago creció en 2016 a un ritmo anualizado del 1%, algo menos del 1,2% registrado en 2015. Es una cifra modesta, pero al menos fue un año sin grandes vaivenes y con un desempeño económico más o menos estable.

El crecimiento de las exportaciones (del 2,6% en comparación con el trimestre anterior) y la inversión empresarial (0,9%) fueron los motores que impulsaron la tercera economía mundial entre octubre y diciembre. Las ventas al exterior mejoraron por el aumento de la demanda del mercado chino y estadounidense gracias a un repunte de la actividad económica en ambos destinos y a la debilidad del yen, que se ha beneficiado de la apreciación del dólar desde que Trump ganó las elecciones. Desde el 8 de noviembre hasta este lunes, el valor del yen frente al del billete verde ha caído aproximadamente un 8,5%.

Pero aunque un yen débil ayuda considerablemente al potente sector exportador nipón, también perjudica a los consumidores, que ven como los productos importados se encarecen. Este factor, combinado con una pírrica subida de salarios, provoca que muchas familias pierdan poder adquisitivo. De ahí el estancamiento del consumo -un componente que supone el 60% del Producto

Interior Bruto (PIB) japonés-, cuya debilidad lastra el desempeño económico del país.

http://economia.elpais.com/economia/2017/02/13/actualidad/1486956106_909406.html

13. El texto dice que la economía de Japón entre octubre y diciembre de 2016:

- a) se incrementó en un grado inferior al concebido por los expertos.
- b) creció 0,2% pese a las perspectivas de los analistas.
- c) fue más allá de las proyecciones de los peritos.
- d) aumentó un 1% relativo a los mismos tres meses del año anterior.
- e) se favoreció aun con la fragilidad del yen y la sutil recuperación de la demanda global.

14. El buen desempeño de la economía japonesa en el cuarto trimestre del 2016 se debe:

- a) al importante aporte empresarial de China y Estados Unidos.
- b) al merme de las exportaciones y a la gestión empresarial.
- c) a la depreciación del dólar y la debilidad del yen.
- d) al aumento de las exportaciones, no obstante, la inversión empresarial.
- e) a la combinación de dos factores.

15. De acuerdo con el texto, el desempeño de la economía japonesa se ve afectado:

- a) debido a los prejuicios de los consumidores del mercado interno.
- b) por el contraste entre el frugal valor de productos importados y el parco aumento de los sueldos.
- c) por el paradojo del impulso de las exportaciones y la fragilidad del consumo interno.
- d) desde que prevalece el estancamiento del consumo.
- e) aunque haya una paralización del consumo interno.

Sobregulación en transportes limita comercio en la Alianza del Pacífico

ECONOMÍA - 11:12

Comercio entre Perú, Chile, Colombia y México, es de apenas del 16% de todos sus productos, mientras que en la Unión Europea el comercio intrarregional llega al 50%.

- 5 La integración de Perú, México, Chile y Colombia, países que forman la Alianza del Pacífico, camina a buen ritmo, pero aún con retos pendientes, pues tras cinco años y medio de ser fundada, se ha logrado aprobar solo el protocolo comercial que desgrava de aranceles al 92% de los productos que se comercian entre estas naciones.

- 10 En México, en la nueva torre de 50 pisos de BBVA Bancomer, con una vista directa al castillo de Chapultepec y al parque que lleva su nombre, uno de los más grandes del mundo, durante dos días se discutió cuáles son las oportunidades y la agenda que debe seguir la Alianza del Pacífico para lograr una mayor integración.

- 15 Y fue precisamente el secretario de Economía del país anfitrión, Ildefonso Guajardo, quien planteó dos retos claves para fortalecer las relaciones comerciales de los cuatro países. El primero es que estos países desarrollen cadenas de valor para integrar bienes y servicios, pues actualmente los niveles que se tienen son muy bajos.

20 <http://gestion.pe/economia/sobregulacion-transportes-limita-comercio-alianza-pacifico-2175790>

- 25 16. En el texto, el término “retos” se refiere a:
- rastros.
 - acuerdos.
 - resoluciones.
 - desafíos.
 - esclarecimientos
17. De acuerdo con el texto, la Alianza del Pacífico:
- comercializa sólo un 16% de todos sus productos con la Unión Europea.
 - desgrava de tasas al 92% de los productos comercializados entre los países integrantes.
 - anda a un ritmo que desgrava sólo al 8% de los productos comercializados entre las naciones asociadas.
 - exonera de aranceles al 92% de los productos comercializados entre sí en un ámbito estrictamente formal.
 - desde su fundación ha logrado apenas de aranceles al 92% de los productos comercializados entre sí.

OMC advierte que se implementaron 154 medidas restrictivas al comercio

ECONOMÍA - 09:38

Organismo sostiene que se registró el nivel más alto de medidas restrictivas desde el 2011.

- 5 La Organización Mundial del Comercio (OMC) advirtió que entre octubre de 2015 y mayo de 2016 se implementaron 154 nuevas medidas restrictivas al comercio, con un promedio de 22 por mes, muy por encima de las 15 mensuales aplicadas en el periodo anterior.

- 10 “Con lo que se registró el nivel más alto desde 2011, año en el que se alcanzó el mayor número de medidas restrictivas aplicadas por mes (23)”, señala el organismo.

- 15 Si bien en el mismo periodo se aplicaron 132 medidas de facilitación del comercio, con un total de 20 19 por mes (una mejora respecto al mismo periodo anterior, en el que se registraron 16 por mes), estas fueron menos que las medidas restrictivas registradas.

- 25 Más aún, según la OMC, el ritmo al que se vienen eliminando dichas restricciones es muy lento: de las 2,835 medidas restrictivas registradas desde 2008, solo 708 (25% del total) fueron eliminadas hacia mediados de 2016.

- 30 La Sociedad de Comercio Exterior (Comex) señala que a la fecha se mantienen 2,127 medidas restrictivas al comercio, lo que incluye las medidas de defensa comercial, consideradas como restrictivas por el efecto que generan en el comercio de mercancías, sin que ello suponga que 35 tengan un carácter proteccionista.

Entre octubre de 2015 y mayo de 2016, las medidas de defensa comercial, que sumaron 174, representaron un 38% del total de medidas analizadas.

- 40 “Ello da luces sobre el impacto que dichas medidas tiene sobre los flujos comerciales. Por ejemplo, del total de medidas de defensa comercial, un 67.8% fueron casos nuevos (118) y representaron un 0.38% de la importación global de bienes, 45 equivalente a unos US\$ 70,300 millones”, precisa Comex.

<http://gestion.pe/economia/sobregulacion-transportes-limita-comercio-alianza-pacifico-2175790>

18. El término “advirtió” en el texto es sinónimo de:

- avisó
- anunció
- reveló
- certificó
- expuso

19. De acuerdo con la Organización Mundial del Comercio (OMC), las medidas restrictivas al comercio:
- han mermado en relación al mismo periodo del año 2011.
 - suman 154 durante un periodo de siete meses.
 - se sobreponen y llegan a 22 por mes.
 - desde 2008 hacia mediados de 2016 se han añadido solo 708.
 - superan a las medidas de facilitación de comercio registradas en el mismo periodo.
20. Según el texto, la Sociedad de Comercio Exterior (Comex) informa que:
- las medidas restrictivas al comercio estiman que las disposiciones de defensa comercial también lo son.
 - hasta septiembre de 2016 las medidas restrictivas al comercio permanecen en 2,127.
 - en un periodo de 7 meses las medidas de defensa comercial se incrementaron en un 38%.
 - las medidas de defensa comercial incorporaron 118 nuevos casos de medidas restrictivas.
 - el carácter proteccionista de las medidas de defensa comercial generó 118 casos.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

21. Poderão ser submetidos ao regime aduaneiro especial de admissão temporária ao amparo do Carnê ATA, os seguintes bens, exceto:
- os bens ingressados no País com a finalidade de serem submetidos à operação de processamento ou reparo.
 - os bens destinados a serem apresentados ou utilizados em exposição, feira, congresso ou evento similar.
 - os equipamentos de imprensa, de rádio e de televisão.
 - os equipamentos importados para fins educacionais, científicos ou culturais.
 - os veículos concebidos ou especialmente adaptados para fins profissionais.
22. Sobre a Incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e a Taxa de Utilização do Mercante (TUM), assinale a opção correta.
- O AFRMM incide sobre o frete, que é a remuneração do transporte aquaviário da carga de qualquer natureza descarregada em porto brasileiro, à alíquota de 20% (vinte por cento) na navegação de longo curso.
 - O AFRMM não incide sobre o frete relativo a todas as mercadorias transportadas por meio fluvial e lacustre.
 - Mesmo as cargas beneficiadas com a isenção do pagamento do AFRMM devem recolher a TUM.
 - Quando ocorrer baldeações e transbordos depois da chegada no destino final constante do conhecimento de carga, o valor do frete da baldeação ou transbordo será acrescido ao valor original do frete para fins de cálculo do complemento do AFRMM.
 - O AFRMM incide sobre o frete relativo às mercadorias submetidas à pena de perdimento.
23. Em relação à Taxa de Utilização do Siscomex, assinale a opção correta.
- É devida no ato do registro da Declaração de Importação (DI), devendo ser recolhida por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e apresentada à fiscalização até o desembaraço da DI.
 - A Taxa de Utilização do Siscomex é devida, mesmo que a mercadoria importada seja isenta do pagamento de impostos.
 - O valor da Taxa de Utilização do Siscomex é de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) por cada acesso ao Siscomex realizado pelo usuário.
 - O valor da Taxa de Utilização do Siscomex integra o valor aduaneiro da mercadoria importada.
 - A razão do valor da Taxa de Utilização do Siscomex é de R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) para cada adição de mercadoria à DI, para quaisquer quantidades de adições.

24. Em relação às atividades de despachantes aduaneiros e ajudantes de despachante aduaneiro, assinale a opção incorreta.

- a) É vedado, a quem exerce cargo, emprego ou função pública, o exercício da atividade de despachante ou ajudante de despachante aduaneiro.
- b) Os ajudantes de despachantes podem solicitar e acompanhar a vistoria aduaneira.
- c) Os despachantes aduaneiros somente poderão fazer pedidos de compensação de tributos mediante cláusula expressa específica do mandato.
- d) Um dos requisitos de admissibilidade para o despachante aduaneiro ser certificado como Operador Econômico Autorizado é ter uma experiência mínima de 3 (três) anos na função.
- e) A exigência de aprovação no exame de qualificação técnica, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, aplica-se somente aos ajudantes de despachantes aduaneiros registrados posteriormente à data da publicação da referida Instrução Normativa.

25. A Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, está parcialmente reproduzida abaixo.

“Art. 7º Será indeferido, mediante despacho decisório, o requerimento de habilitação:

I - independentemente de intimação da requerente, quando instruído com declaração ou documento manifestamente falso; ou

II - quando a requerente, tendo sido submetida à análise fiscal detalhada prevista no art. 6º:

a) não atender, total ou parcialmente, à intimação no prazo estabelecido;

b) deixar de regularizar as pendências, ou de apresentar os documentos ou os esclarecimentos objeto da intimação;

c) for comprovadamente inexistente de fato, assim entendida aquela que:

1. não dispuser de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto;

2. não for localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não forem localizados os integrantes do seu Quadro de Sócios e Administradores (QSA), seu representante no CNPJ e o preposto dele; ou

3. se encontrar com as atividades paralisadas, salvo se enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos I, II e VI do caput do art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014; ou

d) houver comprovadamente praticado vício em ato cadastral perante o CNPJ, na forma prevista no inciso II do caput do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014.

.....
“Art. 16. Será suspensa, mediante despacho decisório, a habilitação no Siscomex da pessoa física responsável por pessoa jurídica que:

I - for intimada, no curso de revisão de habilitação, e:

a) não atender, total ou parcialmente, à intimação dentro do prazo;

b) deixar de regularizar as pendências ou de apresentar os documentos ou esclarecimentos objeto da intimação;

c) for comprovadamente inexistente de fato, nos termos da alínea “c” do inciso II do caput do art. 7º; ou

d) houver comprovadamente praticado vício em ato cadastral perante o CNPJ, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 7º; ou

II - não apresentar novo requerimento de habilitação de novo responsável perante o Siscomex.

§ 1º Na hipótese a que se refere o caput, a habilitação perante o Siscomex será suspensa pela unidade da RFB que concluiu o procedimento de revisão:

I - depois de considerado definitivo o despacho de suspensão da habilitação, na hipótese prevista no inciso I do caput; ou

II - 5 (cinco) dias depois da ciência da intimação para apresentar novo requerimento de habilitação, na hipótese prevista no inciso II do caput.

§ 2º Considera-se definitivo o despacho de suspensão da habilitação quando:

I - tiver transcorrido o prazo previsto no caput do art. 19, sem que o interessado tenha apresentado pedido de reconsideração do despacho decisório de suspensão; ou

II - o contribuinte ou seu representante for cientificado da manutenção da suspensão, após apreciação do pedido de reconsideração pelo chefe da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal do requerente, nos termos do § 3º do art. 19.

§ 3º A suspensão da habilitação implicará o cancelamento, no Siscomex, do credenciamento dos representantes para atuar no despacho aduaneiro e, se for o caso, da vinculação no cadastro de importadores por conta e ordem.

§ 4º A habilitação suspensa poderá ser reativada, mediante:

I - o atendimento integral da intimação nas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso I do caput, desde que não caracterizada qualquer das hipóteses previstas nas alíneas “c” e “d” do mesmo inciso; ou

II - a apresentação de novo requerimento de habilitação.

§ 5º A pessoa física penalizada com sanção prevista nos incisos II ou III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003, fica impedida de ser habilitada como responsável por qualquer pessoa jurídica pelo prazo previsto no inciso II do caput ou no § 6º do citado art. 76, conforme o caso.

§ 6º Na hipótese prevista no § 3º do art. 14, a unidade da RFB que concluir o procedimento de revisão suspenderá as demais habilitações da pessoa física.”

.....
“Art. 19. Do despacho decisório de indeferimento

ou de suspensão, previsto respectivamente no art. 7º e no art. 16 desta Instrução Normativa, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho decisório.

§ 1º O pedido de reconsideração poderá ser apresentado em qualquer unidade da RFB, instruído com os documentos que justificam a reconsideração do indeferimento, e deverá ser juntado ao e-processo ou DDA onde se encontra o despacho decisório contestado, acompanhado dos documentos que justificam a reconsideração do indeferimento.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser decidido no prazo de 10 (dez) dias contado de sua protocolização.

§ 3º Mantido o indeferimento ou a suspensão, o pedido de reconsideração será remetido para apreciação, no prazo de 10 (dez) dias, pelo chefe da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal do requerente.”

Estritamente em decorrência da análise dos trechos citados acima, assinale a opção incorreta.

- a) A habilitação suspensa não poderá ser reativada quando for constatada que a requerente não dispõe de patrimônio e de capacidade operacional necessários à realização de seu objeto.
- b) Considera-se definitivo o despacho de suspensão da habilitação quando transcorrer o prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do despacho decisório, se não houver pedido de reconsideração.
- c) Será indeferido, mediante despacho decisório, o requerimento de habilitação independentemente de intimação da requerente, quando instruído com declaração ou documento manifestamente falso ou não for localizada no endereço constante do CNPJ.
- d) Mantida a suspensão da habilitação, o pedido de reconsideração será remetido para apreciação, no prazo de 10 (dez) dias, pelo chefe da unidade da RFB de jurisdição aduaneira do domicílio fiscal do requerente e implicará o cancelamento, no Siscomex, do credenciamento dos representantes para atuar no despacho aduaneiro e, se for o caso, da vinculação no cadastro de importadores por conta e ordem, se confirmada a suspensão pelo chefe da unidade da RFB.
- e) Se o requerente, quando intimado, não apresentar novo requerimento de habilitação de novo responsável perante o Siscomex, terá sua a habilitação suspensa pela unidade da RFB, após 5 (cinco) dias depois da ciência da intimação.

26. Em relação à base de cálculo do Imposto de Importação, assinale a opção incorreta.

- a) Integram o valor aduaneiro da mercadoria importada o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro. Quando a declaração de importação se referir a mercadorias classificadas em mais de um código da Nomenclatura Comum do Mercosul, o custo do transporte de cada mercadoria será obtido mediante a divisão do valor total do transporte proporcionalmente aos pesos líquidos das mercadorias.
- b) Na operação de importação de um sistema de discos rígidos de computadores, onde estão previamente gravados o sistema operacional e programas aplicativos, acompanhados pelas licenças de uso, somente o valor do sistema de discos rígidos integrará o valor aduaneiro, desde que os valores destes discos rígidos estejam destacados dos valores das licenças de uso do sistema operacional e programas aplicativos na fatura comercial correspondente.
- c) Os encargos relativos à construção, à instalação, à montagem, à manutenção ou à assistência técnica, relacionados com a mercadoria importada, executados após a importação, não integram o valor aduaneiro, desde que estejam destacados do preço efetivamente pago ou a pagar pela mercadoria importada, na respectiva documentação comprobatória.
- d) Integram o valor aduaneiro os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, no porto ou no aeroporto alfandegado de descarga.
- e) O custo do seguro de cada mercadoria será obtido mediante a divisão do valor total do seguro proporcionalmente aos valores das mercadorias, descarregadas, no local de desembarque, quando a declaração de importação se referir a mercadorias classificadas em mais de um código da Nomenclatura Comum do Mercosul.

27. Os despachantes aduaneiros e ajudantes de despachantes ficam sujeitos à sanção administrativa:
- de suspensão, quando despachante ou ajudante de despachante aduaneiro deixar de comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil qualquer alteração das informações prestadas para inscrição no registro de despachante aduaneiro ou de ajudante.
 - de advertência, pelo prazo de até 1 (um) ano, quando deixar de apresentar os documentos objeto de exigência pela Receita Federal do Brasil, no curso do despacho aduaneiro de importação.
 - de advertência, quando atuar em nome de despachante que esteja cumprindo sanção de suspensão.
 - de cancelamento ou cassação de registro, se o despachante tiver acumuladas 3 (três) suspensões no decorrer de 12 (doze) meses.
 - de suspensão, caso se comprove que o despachante aduaneiro cedeu para terceiros a sua senha de acesso ao Siscomex.
28. Aplica-se a pena de perdimento da mercadoria nas seguintes hipóteses, por configurarem dano ao Erário, exceto:
- mercadoria oculta, a bordo do veículo ou na zona primária, qualquer que seja o processo utilizado.
 - mercadoria estrangeira, em trânsito no território aduaneiro, quando o veículo terrestre que a conduzir for desviado de sua rota legal, ainda que com motivo justificado.
 - mercadoria importada ao desamparo de licença de importação ou documento de efeito equivalente, quando a sua emissão estiver vedada ou suspensa, na forma da legislação específica.
 - mercadoria estrangeira, atentatória à moral, aos bons costumes, à saúde ou à ordem pública.
 - mercadoria importada e que for considerada abandonada pelo decurso do prazo de permanência em recinto alfandegado.
29. Com relação às atribuições e prerrogativas da autoridade aduaneira no exercício de suas funções, assinale a opção incorreta.
- Nas áreas nas quais se autorize carga e descarga de mercadorias, ou embarque e desembarque de viajante, procedentes do exterior ou a ele destinados, a autoridade aduaneira tem precedência sobre as demais que ali exerçam suas atribuições.
 - No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira terá livre acesso aos locais onde se encontrem mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.
 - O exercício da administração aduaneira compreende a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior.
 - Compete à administração aduaneira estabelecer critérios de distribuição, administrar e controlar cotas tarifárias e não tarifárias de importação e exportação.
 - Para o desempenho de suas atribuições, a autoridade aduaneira poderá requisitar o apoio de força pública federal, estadual ou municipal, quando julgar necessário.
30. Analise as assertivas a seguir relativas aos portos secos e, ao final, assinale a opção correta.
- Portos secos são recintos alfandegados de uso público nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro.
 - Os portos secos poderão ser autorizados a operar com carga de importação, de exportação ou ambas, tendo em vista as necessidades e condições locais.
 - As operações de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, bem como a prestação de serviços conexos, em porto seco, sujeitam-se ao regime de concessão, de permissão ou de licença.
 - Quando os serviços devam ser prestados em porto seco instalado em imóvel pertencente à União, será adotado o regime de concessão precedido da execução de obra pública.
 - A licença para exploração de porto seco será concedida a estabelecimento de pessoa jurídica constituída no País, que explore serviços de armazéns gerais, demonstre regularidade fiscal e que, entre outras condições, possua patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- Todas as assertivas estão corretas.
 - Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
 - Somente as assertivas I e II estão corretas.
 - Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

31. A importação de mercadoria pode estar sujeita a licenciamento, na forma da legislação específica. Assinale a opção que relacione corretamente órgãos anuentes a cujo controle a mercadoria importada pode estar sujeita.

- a) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PRF); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MT).
- c) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes (ICMBio).
- d) Departamento de Polícia Federal (DPF); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- e) Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

32. A Resolução Camex nº 20, de 1º de março de 2016, prorrogou por mais cinco anos o direito *antidumping* aplicado às importações brasileiras de calçados, comumente classificados nas posições 64.02 a 64.05 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da China. A empresa Arriscalçado Ltda, que importa calçados sociais masculinos da China, tinha expectativas de que o direito *antidumping* em questão não seria prorrogado e fez um grande pedido ao seu fornecedor chinês. Em face do inesperado aumento de seus custos, a Arriscalçado contratou consultoria da empresa JeitoBR. Em seu parecer conclusivo, a JeitoBR orientou a Arriscalçado a importar os calçados desmontados, registrando em Declarações de Importação (DI) diferentes cada parte importada (cabedais, palmilhas, solados, etc...), sem pagamento dos direitos *antidumping*. Chegando ao Brasil, todas as DI registradas pela Arriscalçado foram selecionadas para o Canal Vermelho de verificação e encontram-se em análise por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) da unidade de despacho.

Com base nesse contexto, analise as assertivas abaixo e, ao final, indique a opção correta.

- I. Por se tratar de importações de partes de calçados, registradas em DI diferentes, não se aplica o direito *antidumping*, o qual é aplicável apenas às importações de calçados completos e montados.
- II. Os direitos *antidumping* podem ser exigidos em relação à quantidade de calçados montados aos quais correspondam as partes importadas, uma vez que, de acordo com a regra 2.a para interpretação do Sistema Harmonizado (SH),

qualquer referência a um artigo classificado em determinada posição abrange igualmente o artigo que se apresente desmontado ou por montar, desde que apresente, no estado em que se encontra, as características essenciais do artigo completo ou acabado.

- III. Os direitos *antidumping* poderiam ser exigidos tão somente se todas as partes tivessem sido registradas em uma mesma DI, observando-se ainda o disposto na regra 2.a para interpretação do SH.
- IV. Caracterizada a importação de calçados desmontados sem a devida aplicação dos direitos *antidumping*, cabe ao AFRFB lavrar o auto de infração formalizando a exigência de ofício dos direitos *antidumping* e decorrentes acréscimos moratórios e penalidades.
- V. Ainda que caracterizada a importação de calçados desmontados com intuito de se evadir dos direitos *antidumping*, cabe ao AFRFB tão somente representar o caso à Secretaria de Comércio Exterior (Secex) para que seja avaliada a extensão do direito *antidumping* às partes de calçados.
 - a) Apenas a assertiva I está correta.
 - b) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

33. Durante ação fiscal realizada em zona secundária em face da empresa Intermezzo, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) responsável pela fiscalização constata incompatibilidade entre os volumes transacionados no comércio exterior e a capacidade econômica e financeira da fiscalizada. Em razão disso, o AFRFB instaura procedimento especial e intima a Intermezzo a apresentar vários esclarecimentos, em especial quanto à origem lícita, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos necessários à prática das suas operações de comércio exterior.

Considerando esse cenário, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a opção correta.

- I. O procedimento especial instaurado pelo AFRFB é o previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, e aplica-se a toda operação de importação ou de exportação de bens ou de mercadorias sobre a qual recaia suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento.
- II. Caso a Intermezzo não responda à intimação, estará caracterizada a interposição fraudulenta de terceiros, aplicando-se a pena de perdimento das mercadorias objeto das operações fiscalizadas.
- III. Caso a Intermezzo responda a intimação informando que os recursos utilizados nas operações sob fiscalização foram a ela transferidos pela empresa EOL Ocultações e Cia, a quem coube toda a negociação comercial junto aos fornecedores estrangeiros, estará caracterizada a ocultação do verdadeiro responsável pelas operações, sujeitando à Intermezzo a multa pela cessão do seu nome, além da aplicação da pena de perdimento das mercadorias objeto das operações fiscalizadas.
- IV. Caracterizada a interposição fraudulenta de terceiros ou a ocultação do verdadeiro responsável pelas operações, a Intermezzo estará sujeita também à declaração de inaptidão de sua inscrição no CNPJ.
- V. Caracterizada a interposição fraudulenta de terceiros ou a ocultação do verdadeiro responsável pelas operações, caso as mercadorias objeto das operações fiscalizadas não sejam localizadas, ou tiverem sido consumidas ou revendidas, aplica-se a multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria.
 - a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

34. Com relação às sanções administrativas previstas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, assinale a opção correta.

- a) Aplica-se a sanção de advertência, na hipótese de emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro em desacordo com o previsto em ato normativo, relativamente a sua efetiva qualidade ou quantidade.
- b) Aplica-se a sanção de cancelamento ou cassação na hipótese de agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função.
- c) Aplica-se a sanção de suspensão, na hipótese de prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, para benefício próprio ou de terceiros.
- d) Aplica-se a sanção de suspensão, na hipótese de prática de ato que prejudique a identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro.
- e) Na aplicação da sanção de cancelamento ou cassação, serão consideradas, entre outros, a natureza e a gravidade da infração cometida.

35. Com relação ao abandono de mercadorias, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a opção correta.

- I. Considera-se abandonada a mercadoria que permanecer em recinto alfandegado sem que o seu despacho de importação seja iniciado no prazo de noventa dias da sua descarga.
- II. Considera-se abandonada a mercadoria que permanecer em recinto alfandegado sem que o seu despacho de importação seja iniciado no prazo de cento e vinte dias contados da data de entrada da mercadoria em recinto alfandegado de zona secundária.
- III. Considera-se abandonada a mercadoria que permanecer em recinto alfandegado sem que o seu despacho de importação seja iniciado no prazo de quarenta e cinco dias da sua chegada ao País, trazida do exterior como bagagem, acompanhada ou desacompanhada.
- IV. Considera-se abandonada a mercadoria que permaneça em recinto alfandegado, e cujo despacho de importação tenha seu curso interrompido durante noventa dias, por ação ou por omissão do importador.
- V. Compete ao Secretário da Receita Federal do Brasil autorizar a destinação de mercadorias abandonadas.
 - a) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

36. O Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) encontra-se atualmente regulado pela Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012. A respeito do Recof, assinale a opção correta.
- a) Qualquer pessoa jurídica poderá habilitar-se a operar o regime.
 - b) Para habilitar-se ao regime, a empresa interessada deverá possuir ativos em montante igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).
 - c) Para habilitar-se ao regime, a empresa interessada deverá dispor de sistema informatizado de controle de entrada, estoque e saída de mercadorias, de registro e apuração de créditos tributários devidos, extintos ou com pagamento suspenso, integrado aos sistemas corporativos da empresa no País, que permita livre e permanente acesso da RFB.
 - d) A manutenção da habilitação ao regime fica condicionada ao cumprimento pela empresa habilitada, entre outras condições, da obrigação de exportar produtos, industrializados ou no estado em que foram admitidos no regime, no valor mínimo anual equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor total das mercadorias importadas ao amparo do regime, no mesmo período.
 - e) A empresa que realize as operações de montagem, renovação ou recondicionamento, manutenção ou reparo de aeronaves ou de equipamentos e instrumentos de uso aeronáutico, para ser habilitada ao regime, deverá assumir a obrigação de prestar serviços a clientes sediados no exterior, contra pagamento em moeda estrangeira, no valor mínimo anual equivalente a US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
37. O primeiro ato normativo que estabeleceu procedimentos para habilitação do responsável legal da pessoa jurídica no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) foi a Instrução Normativa SRF nº 229, de 21 de outubro de 2002. Desde então, sucederam-se várias normas regulamentando esse tema, culminando na atualmente vigente IN RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015. Tendo em mente essa evolução da regulamentação da Habilitação no Siscomex, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a opção correta.
- I. A habilitação na modalidade ilimitada destina-se a pessoas jurídicas que atuem habitualmente no comércio exterior, e os procedimentos de análise do respectivo requerimento deverão ser executados no prazo de dez dias, contados da sua protocolização.
 - II. A habilitação na modalidade simplificada destina-se a pessoas jurídicas com capacidade financeira que permita realizar operações de importação cuja soma dos valores seja igual ou inferior a US\$ 150,000.00 (cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
 - III. A habilitação na modalidade restrita destina-se a pessoas físicas ou jurídicas que tenham operado anteriormente no comércio exterior, exclusivamente para a realização de consulta ou retificação de declaração.
 - IV. As antigas hipóteses de habilitação na modalidade simplificada para entidades sem fins lucrativos e para pessoa jurídica que atue exclusivamente como encomendante correspondem atualmente a hipóteses de dispensa de habilitação.
 - V. A pessoa jurídica requerente, independentemente do seu porte ou da modalidade requerida, deverá ter aderido previamente ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE como condição para apresentação do requerimento de habilitação.
- a) Todas assertivas estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
 - e) Todas assertivas estão incorretas.

38. A Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, estabelece diferentes abordagens quanto à análise dos requerimentos de habilitação e suas consequências. Assinale a opção correta.
- a) O requerimento de habilitação de pessoa física que for apresentado em desacordo com o disposto na IN RFB nº 1.603/2015 será indeferido mediante despacho decisório, independentemente da pessoa física ter sido submetida à análise fiscal, e não poderá ser objeto de pedido de reconsideração.
 - b) O requerimento de revisão da estimativa da capacidade financeira que, para fins de seu exame, torne necessário que a empresa requerente seja submetida à análise fiscal poderá ser indeferido, hipótese em que a requerente poderá pedir reconsideração do respectivo despacho decisório.
 - c) O requerimento de habilitação na modalidade Expressa que seja apresentado por microempresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) sem a prévia adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) será arquivado, desde que a empresa requerente tenha sido submetida à análise fiscal.
 - d) O requerimento de habilitação que for arquivado em razão de não ter sido instruído com cópia do documento de identificação do responsável legal pela pessoa jurídica impede que novo requerimento seja apreciado antes de decorrido o prazo de seis meses contados da data do seu protocolo.
 - e) O requerimento de habilitação que, para fins de seu exame, torne necessário que a empresa requerente seja submetida à análise fiscal poderá ser arquivado quando a requerente for comprovadamente inexistente de fato, hipótese em que não caberá pedido de reconsideração do arquivamento e haverá impedimento que novo requerimento seja apreciado antes de decorrido o prazo de seis meses contados da data do seu protocolo.
39. Com relação ao Regime Aduaneiro Especial do *Drawback*, assinale a opção correta.
- a) O prazo de vigência do regime de *drawback*, na modalidade suspensão, será de um ano, admitida uma única prorrogação, por igual período, salvo nos casos de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital de longo ciclo de fabricação, quando o prazo máximo será de cinco anos.
 - b) Os atos concessórios de *drawback* poderão ser deferidos, a critério da Secretaria da Receita Federal do Brasil, levando-se em conta a agregação de valor e o resultado da operação.
 - c) O regime de *drawback* pode ser aplicado nas modalidades suspensão, isenção, restituição e compensação.
 - d) Na concessão do regime, serão desprezados os subprodutos e os resíduos não exportados, em qualquer montante do valor do produto importado.
 - e) Para efeitos de adimplemento do compromisso de exportação no regime de *drawback*, na modalidade de suspensão, é vedado que as mercadorias importadas ou adquiridas no mercado interno com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sejam substituídas por outras mercadorias da mesma espécie, qualidade e quantidade.

40. Analise as assertivas abaixo a respeito do regime aduaneiro especial de *drawback*. Ao final, assinale a opção correta.

- I. No regime de *drawback*, na modalidade suspensão, o direito de exigir o tributo extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte ao dia imediatamente posterior ao trigésimo dia da data limite para exportação.
 - II. As importações efetuadas ao amparo do regime aduaneiro especial de *drawback* estão sujeitas a Licenciamento Não Automático.
 - III. O regime de *drawback* poderá ser concedido à empresa comercial (detentora do ato concessório), a qual, após realizar a importação ou a aquisição no mercado interno, enviará a respectiva mercadoria, por sua conta e ordem, a estabelecimento industrial para industrialização, sob encomenda, devendo a exportação do produto ser realizada pela própria detentora do ato concessório de *drawback*.
 - IV. O *drawback* genérico é operação especial concedida apenas na modalidade suspensão, em que é admitida a discriminação genérica das mercadorias a serem importadas e dos produtos a serem exportados, dispensadas a classificação na NCM, a quantidade e o valor.
 - V. Será permitida a inclusão do enquadramento de *drawback* e das informações sobre atos concessórios de *drawback* em RE averbado, desde que: o pedido seja feito durante a vigência do ato concessório ou em até 60 (sessenta) dias contados da data do seu vencimento; o ato concessório não esteja com status de inadimplemento ou baixa; o RE não tenha sido utilizado para comprovação de ato concessório de *drawback* isenção; e sejam observadas as demais disposições da Secretaria de Comércio Exterior relativas às exportações vinculadas ao regime de *drawback*.
- a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

CONTROLE E DESPACHO ADUANEIRO

41. Sobre o despacho de importação, assinale a opção correta.

- I. O pagamento dos tributos e contribuições federais devidos na importação de mercadorias, bem como dos demais valores exigidos em decorrência da aplicação de direitos *antidumping*, compensatórios ou de salvaguarda, será efetuado no ato do registro da respectiva DI ou da sua retificação, se efetuada no curso do despacho aduaneiro, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) eletrônico, mediante débito automático em conta-corrente bancária, em agência habilitada de banco integrante da rede arrecadadora de receitas federais.
 - II. Nas hipóteses de impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, será aplicada alíquota única de 80% (oitenta por cento) em regime de tributação simplificada relativa aos tributos incidentes na importação.
 - III. Nas hipóteses de impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, a base de cálculo da tributação simplificada será arbitrada em valor equivalente à mediana dos valores por quilograma de todas as mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, excluídas as despesas de frete e seguro internacionais.
 - IV. Os depósitos administrativos efetuados no curso do despacho aduaneiro, para liberação de mercadorias, deverão ser objeto de confirmação no Sistema de Informações da Arrecadação Federal (Sinal).
 - V. Poderá ser efetuado registro de mais de uma declaração para o mesmo conhecimento de carga na importação de petróleo bruto e seus derivados, a granel.
- a) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente a assertiva V está incorreta.
 - e) Somente a assertiva III está incorreta.

42. Sobre os documentos de instrução da declaração de importação, assinale a opção correta.
- I. Não será exigida a apresentação de fatura comercial no despacho aduaneiro de mercadoria desnacionalizada ou estrangeira que, após ter sido submetida a despacho aduaneiro de exportação, permaneça no país, em caráter definitivo ou temporário.
 - II. Os documentos instrutivos do despacho serão disponibilizados à RFB, em meio digital, por meio da funcionalidade "Anexação de Documentos Digitalizados", disponível no Portal Único de Comércio Exterior e autenticados via certificado digital.
 - III. Nas importações de produtos a granel ou perecíveis originários dos demais países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a apresentação do Certificado de Origem poderá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o desembarço aduaneiro, desde que o importador apresente Termo de Responsabilidade em que se constituam as obrigações fiscais decorrentes da falta de entrega do documento no prazo estabelecido.
 - IV. Não será aceita carta de correção de conhecimento de carga, que produza efeitos fiscais, apresentada após o registro da respectiva DI ou depois de decorridos trinta dias da formalização da entrada do veículo transportador da mercadoria cujo conhecimento se pretende corrigir.
 - V. A DI será instruída com os seguintes documentos: via original do conhecimento de carga ou documento equivalente; via original da fatura comercial, assinada pelo exportador; romaneio de carga (*packing list*), quando aplicável e outros, exigidos exclusivamente em decorrência de Acordos Internacionais ou de legislação específica.
- a) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
 - b) Somente as assertivas II e V estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I e III estão incorretas.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.
 - e) Todas as assertivas estão corretas.
43. Sobre o despacho de importação, assinale a opção correta.
- a) Poderão ser desembaraçados sem conferência física os bens de caráter cultural submetidos a despacho por entidade promotora de evento notoriamente reconhecido, através de autorização, a requerimento do interessado, pelo Auditor-Fiscal responsável pelo despacho aduaneiro.
 - b) Na ausência do importador ou de seu representante na data e horário previstos para a conferência, a mercadoria depositada em recinto alfandegado poderá ser submetida a verificação física na presença do depositário ou de seu preposto que, nesse caso, representará o importador, exceto para firmar termo que verse sobre a quantificação, a descrição e a identificação da mercadoria.
 - c) As mercadorias retiradas a título de amostra são dedutíveis da quantidade declarada.
 - d) As exigências formalizadas pela fiscalização aduaneira e o seu atendimento pelo importador, no curso do despacho aduaneiro, deverão ser registradas no Siscomex, sendo que, na hipótese de a exigência referir-se a crédito tributário ou direito comercial, o importador somente poderá efetuar o pagamento correspondente após formalização de processo administrativo fiscal.
 - e) A DI selecionada para canal verde, no Siscomex, não poderá ser objeto de conferência física ou documental.

44. Sobre a retificação da Declaração de Importação, assinale a opção correta.
- I. A retificação da declaração somente será efetivada após a sua aceitação, no Siscomex, pela fiscalização aduaneira, inclusive no que se refere aos dados relativos à operação cambial.
 - II. Quando da retificação resultar importação sujeita a licenciamento, o despacho será cancelado, devendo o importador registrar uma nova declaração de importação.
 - III. A retificação após o desembaraço, por solicitação do importador, será efetuada na unidade da SRF onde foi efetuado o despacho aduaneiro da mercadoria, no caso de correção da quantidade ou da natureza de mercadoria admitida no Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof).
 - IV. A retificação de informações prestadas na declaração, ou a inclusão de outras, a qualquer momento, ainda que por exigência da fiscalização aduaneira, será feita, pelo importador, no Siscomex.
 - V. A retificação após o desembaraço, por solicitação do importador, será efetuada na unidade da SRF com jurisdição para fins de fiscalização dos tributos incidentes no comércio exterior sobre o domicílio do importador, quando decorrentes de transferência de propriedade de automóvel importado com isenção.
- a) Somente a assertiva III está correta.
 - b) Todas as assertivas estão incorretas.
 - c) Somente as assertivas I, II e IV estão incorretas.
 - d) Somente as assertivas I, III e IV estão incorretas.
 - e) Somente a assertiva V está correta.
45. Sobre o despacho de importação, assinale a opção correta.
- a) A autorização para entrega antecipada da mercadoria não poderá ser condicionada à verificação física ou à retirada de amostras, no caso de mercadoria que está sujeita à confirmação, por exame técnico-laboratorial, de atendimento a requisito de norma técnica para sua comercialização no País.
 - b) Nas importações por via terrestre, será permitida a entrega fracionada da mercadoria que, em razão do seu volume ou peso, não possa ser transportada em apenas um veículo ou partida e quando for efetuado o registro de uma única declaração para o despacho aduaneiro, correspondente a uma só importação e a um único conhecimento de carga.
 - c) A mercadoria não poderá ser desembaraçada quando a conclusão da conferência aduaneira dependa unicamente do resultado de análise laboratorial.
 - d) Para retirar as mercadorias do recinto alfandegado, o importador deverá apresentar ao depositário, entre outros documentos, o Comprovante de Importação.
 - e) No caso de entrega fracionada, a entrada no território aduaneiro de toda a mercadoria declarada deverá ocorrer dentro dos quinze dias úteis subsequentes ao do registro da declaração, sendo que, no caso de descumprimento do referido prazo, será exigida a retificação da declaração no Siscomex, tendo por base a quantidade efetivamente entregue, devendo, o saldo remanescente, ser objeto de devolução ao exterior.

46. Sobre o Regime de Trânsito Aduaneiro, assinale a opção correta.
- A informação da desconsolidação de conhecimento genérico que ampara trânsito aduaneiro deve ser registrada no Sistema Mercante somente após a conclusão desse trânsito na unidade de destino.
 - A solicitação do regime de trânsito aduaneiro, inclusive para carga parcial em unidade de origem controlada pelo Sistema Mantra, poderá ocorrer antes da chegada da carga na unidade de origem.
 - Quando a declaração de trânsito for selecionada para o canal vermelho tendo ocorrido anteriormente a dispensa da etapa de recepção documental no sistema, a entrega dos documentos instrutivos à unidade de origem é prescindível.
 - Somente a unidade de destino poderá retificar a declaração de trânsito após o desembarço.
 - Somente a assertiva I está correta.
 - Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Todas as assertivas estão corretas.
 - Todas as assertivas estão incorretas.
47. Uma frota de automóveis de passageiros chegou ao Porto de Santos em um navio Roll on – Roll off, inscrito no Registro Especial Brasileiro (REB). A referida frota, que foi submetida a despacho de importação sem prévio descarregamento, tem uma parte destinada a consumo e outra a ser submetida ao regime aduaneiro especial de admissão temporária. Todos os veículos da frota foram incluídos na mesma Declaração de Importação. Considerando o disposto, assinale a opção correta.
- A realização de despacho aduaneiro sem prévio descarregamento só é possível para determinados tipos de mercadorias, transportados por via marítima, fluvial e lacustre, com autorização do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo despacho e quando for possível sua identificação e quantificação a bordo da embarcação que as transporte.
 - Automóveis de passageiros não estão incluídos no rol de mercadorias que podem ser submetidos a despacho aduaneiro sem prévio descarregamento.
 - Não será permitido agrupar, em uma mesma declaração, mercadorias que, procedendo diretamente do exterior, tenham uma parte destinada a consumo e outra a ser submetida a regime aduaneiro especial de admissão temporária ou reimportada.
 - Será admitido agrupar, numa mesma declaração, mercadoria que proceda diretamente do exterior e mercadoria que se encontre no País submetida a regime aduaneiro especial ou aplicado em áreas especiais.
 - Todas as opções anteriores estão incorretas.
48. Um exportador pretende elaborar duas Declarações de Exportação (DE 1 e DE 2), às quais ele pretende vincular quatro Registros de Exportação (RE), quais sejam:
- RE “A” : pretende vincular à DE 2
- Exportador: Comércio Exterior LTDA
 Mercadoria: Minério de Ferro
 Valor Aduaneiro: US\$ 300,000.00
 Unidade de despacho: Porto Seco de São Bernardo do Campo/SP
 Unidade de embarque: Porto de Santos/SP
 Condição de Venda: CIF
- RE “B” : pretende vincular à DE 1
- Exportador: Comércio Exterior LTDA
 Mercadoria: Café em grãos
 Valor Aduaneiro: US\$ 120,000.00
 Unidade de despacho: Porto Seco de Sorocaba/SP
 Unidade de embarque: Porto de Santos/SP
 Condição de Venda: CFR
- RE “C” : pretende vincular à DE 1
- Exportador: Comércio Exterior LTDA
 Mercadoria: Farelo de soja
 Valor Aduaneiro: US\$ 90,000.00
 Unidade de despacho: Porto Seco de Sorocaba/SP
 Unidade de embarque: Porto de Santos/SP
 Condição de venda: CIF
- RE “D” : pretende vincular à DE 2
- Exportador: Comércio Exterior LTDA
 Mercadoria: Açúcar Refinado em sacas
 Valor aduaneiro: US\$ 140,000.00
 Unidade de despacho: Porto Seco de Sorocaba/SP
 Unidade de embarque: Porto de Santos/SP
 Condição de venda: CIF
- Sendo assim, assinale a opção correta.
- A DE 1 poderá ser registrada, pois a unidade de embarque e despacho são iguais e a DE 2 não poderá ser registrada, pois a RE “A” e a RE “D” são de unidades de despacho diferentes.
 - Ambos os registros de DE não podem ser realizados, pois só é permitido vincular mais de uma RE à mesma DE se as NCM's forem iguais.
 - A DE 1 poderá ser registrada, pois as unidades de embarque e despacho são iguais e se refere ao mesmo exportador e a DE 2 poderá ser registrada, pois se refere ao mesmo exportador.
 - Ambos os registros de DE não poderão ser realizados.
 - Ambos os registros de DE poderão ser realizados.

49. Em relação ao tratamento administrativo das importações, assinale a opção correta.
- a) O licenciamento não automático poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria no exterior, mas anteriormente ao despacho aduaneiro, no caso de mercadoria ingressada em entreposto aduaneiro ou industrial na importação.
 - b) Estão dispensadas de licenciamento as operações de retorno de material remetido ao exterior para fins de teste, exames e/ou pesquisas, com finalidade industrial ou científica, mesmo que o produto esteja relacionado no Tratamento Administrativo do Siscomex.
 - c) Estão dispensadas de licenciamento as operações de importação efetuadas ao amparo do regime aduaneiro especial de *drawback*.
 - d) Estão sujeitas a licenciamento não automático as operações de importação com redução da alíquota de imposto de importação decorrente da aplicação de “ex-tarifário”.
 - e) O licenciamento automático poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria no exterior, a qualquer momento.
50. Sobre o Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento – Mantra, assinale a opção correta.
- I. Nos casos de bens chegados como bagagem acompanhada ou remessa expressa e como tal não aceitos pela fiscalização aduaneira; de carga não manifestada, embora documentada; de carga sem documento; ou de carga cujo tipo de documento ou identificação o Sistema não contemple, seu armazenamento processar-se-á através de documento subsidiário de identificação de carga – DSIC.
 - II. As informações sobre desconsolidação de carga procedente do exterior ou de trânsito aduaneiro serão prestadas pelo desconsolidador de carga até três horas após o registro de chegada do veículo transportador.
 - III. Enquanto não for implementada função específica para o desconsolidador, a responsabilidade pela informação de desconsolidação de carga no Mantra é de servidor da RFB.
 - IV. A RFB visará, no Mantra, o armazenamento de todas as cargas recebidas pelo depositário, de forma que, quando não houver divergências entre os registros de armazenamento e os contidos no manifesto informatizado, o visto se dará automaticamente pelo Sistema, salvaguardado o direito da fiscalização de, a qualquer momento, questionar a correção dos referidos registros e, quando couber, adotar as medidas pertinentes.
 - V. A entrega de carga aquaviária que tenha sido submetida a trânsito aduaneiro para recinto alfandegado controlado pelo Siscomex Mantra também deverá ser registrada, pelo depositário aeroportuário, no Sistema Mercante.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Todas as assertivas estão incorretas.
 - c) Apenas a assertiva II está incorreta.
 - d) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

Enunciado para as questões 51 a 53.

A empresa Bom Eletro S/A. realizou uma importação de peças necessárias para a fabricação de seus produtos. A referida importação, realizada no modal marítimo e procedente da China, de acordo com os documentos apresentados, possui as seguintes características:

Importação submetida à Regime comum – Despacho para consumo:

Frete (Dólar EUA): USD 97,94 Seguro (Dólar EUA): USD 2,80
Data da Chegada da Carga: 18/02/2017
Conhecimento de Carga: 2HK024073 CE Mercante: 123456789101122
Gastos com a Descarga e Manuseio de mercadorias, associados ao transporte Internacional – USD 3,54
Data de registro da declaração: 23/02/2017
Condição de Venda das Mercadorias: FOB (Free on Board)
Valor unitário na condição de venda das mercadorias (Dólar EUA): USD 2,75
Quantidade comercializada: 3.000 peças

Alíquotas dos tributos incidentes sobre o comércio Exterior, todos submetidos ao regime de recolhimento integral:

Imposto de Importação (I.I.) – 0%
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – 5%
Pis/Pasep – 2,10%
Cofins – 10,65%
ICMS – 12%
AFRMM – 25%

Taxa de Utilização do Siscomex:

I - R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) por DI;
II - R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) para cada adição de mercadoria à DI, observados os seguintes limites:

- a) até a 2ª adição - R\$ 29,50;
- b) da 3ª à 5ª - R\$ 23,60;
- c) da 6ª à 10ª - R\$ 17,70;
- d) da 11ª à 20ª - R\$ 11,80;
- e) da 21ª à 50ª - R\$ 5,90; e
- f) a partir da 51ª - R\$ 2,95.

Taxas Cambiais (Dólar)

Taxa de conversão Dólar (18/02/2017): R\$ 3,077
Taxa de conversão Dólar (23/02/2017): R\$ 3,097

Considerando as informações acima, e sabendo ainda que se trata de somente um tipo de mercadoria, corretamente descrita e classificada na NCM 8414.59.10, sem necessidade de anuência por outro órgão, avalie as questões 51, 52 e 53 a seguir.

51. Assinale a opção correta quanto ao valor aduaneiro da mercadoria.
- a) R\$ 25.385,25.
 - b) R\$ 25.550,25.
 - c) R\$ 25.695,23.
 - d) R\$ 25.873,21.
 - e) R\$ 30.680,21.

52. No ato do registro da DI, deverá ser realizado, de forma eletrônica, mediante débito automático em conta-corrente bancária indicada, o pagamento dos tributos e contribuições federais devidos na importação das mercadorias. O valor total recolhido no registro da DI será igual a:
- a) R\$ 1.293,66, considerando no valor calculado o arredondamento referente a duas casas decimais.
 - b) R\$ 4.592,50, considerando no valor calculado o arredondamento referente a duas casas decimais.
 - c) R\$ 4.807,00, considerando no valor calculado o arredondamento referente a duas casas decimais.
 - d) R\$ 7.987,62, considerando no valor calculado o arredondamento referente a duas casas decimais.
 - e) R\$ 0,00, considerando que a alíquota do imposto de importação é de 0%.

53. Tendo sido a declaração de importação pag. 22 parametrizada para o canal vermelho de conferência aduaneira, analise as questões abaixo e assinale a opção correta.
- I. Em regra, está dispensada a apresentação dos documentos instrutivos da declaração de importação em qualquer meio (papel ou digital) para início da conferência aduaneira, ficando a cargo do Auditor-Fiscal responsável pelo despacho aduaneiro solicitá-los, caso necessário, durante a etapa de conferência documental da declaração.
 - II. Não havendo condições técnicas, de segurança ou de capacidade de armazenagem no recinto aduaneiro para a realização da conferência física, sua dispensa pode ser autorizada pelo Auditor-Fiscal responsável pelo despacho aduaneiro da mercadoria, mediante requerimento do interessado.
 - III. As exigências que porventura sejam formalizadas pela fiscalização aduaneira, e o seu atendimento pelo importador, no curso do despacho aduaneiro, deverão ser registrados no Siscomex.
 - IV. Na hipótese de a exigência referir-se a crédito tributário ou direito comercial, o importador poderá efetuar o pagamento correspondente, independentemente de formalização de processo administrativo fiscal.
 - V. Após interrompido o despacho, não há prazo para o atendimento de exigência formalizada, ficando a cargo da fiscalização aduaneira, a qualquer tempo, lavrar o auto de infração para caracterização do abandono da mercadoria.
- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
 - e) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
54. Em uma importação comum, o importador solicita a devolução ao exterior da mercadoria que, apesar de estar corretamente descrita nos documentos de transporte, chegou ao País por erro inequívoco e comprovado de expedição. Para poder ser analisado e autorizado, o pedido:
- I. Poderá ser destinado e autorizado pelo chefe do setor responsável pelo despacho aduaneiro onde se encontre a mercadoria, se realizado antes do registro da DI e não tenha sido iniciado qualquer processo de que trata o art. 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.
 - II. Poderá ser destinado e autorizado pelo chefe do setor responsável pelo despacho aduaneiro onde se encontre a mercadoria, mesmo após registrada a DI, na hipótese de ser autorizado o cancelamento da declaração.
 - III. Deverá ser destinado ao chefe da unidade responsável pelo despacho aduaneiro onde se encontre a mercadoria, sempre após o desembaraço da declaração e nacionalização da mercadoria.
 - IV. Não será autorizado, em qualquer hipótese, se a declaração já tiver sido registrada, mesmo que já autorizado seu cancelamento.
- Com relação às informações acima, é correto afirmar que:
- a) somente as assertivas I e II estão corretas.
 - b) somente as assertivas I e III estão corretas.
 - c) somente as assertivas I e IV estão corretas.
 - d) somente a assertiva III está correta.
 - e) todas as assertivas estão incorretas.
55. Em uma exportação normal, via marítima, parametrizada para o canal vermelho de conferência aduaneira, informe a ordem sequencial correta em que devem ocorrer as seguintes etapas do despacho aduaneiro de exportação:
- 1 - Confirmação da Presença da Carga pelo Depositário;
 - 2 - Registro dos Dados de Embarque pelo Transportador;
 - 3 - Registro de Exportação (RE) pelo Exportador;
 - 4 - Registro da Declaração de Exportação pelo Exportador;
 - 5 - Recepção de Documentos;
 - 6 - Seleção Parametrizada;
 - 7 - Desembaraço Aduaneiro;
 - 8 - Averbação de embarque;
 - 9 - Envio da Declaração para Despacho pelo Exportador.
- a) 1, 2, 3, 4, 9, 5, 6, 7, 8
 - b) 3, 4, 1, 2, 9, 5, 6, 7, 8
 - c) 3, 4, 1, 9, 5, 6, 7, 2, 8
 - d) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
 - e) 3, 4, 1, 9, 6, 5, 7, 2, 8

56. Segundo a Instrução Normativa nº 28/1994, o registro da declaração para despacho aduaneiro de exportação (DE), no Siscomex, poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria ou sua saída do território nacional, nas seguintes condições:
- I. Com necessidade de registro de RE prévio ao embarque das mercadorias e autorização concedida no Pedido de Embarque de Mercadoria e Termo de Responsabilidade, nos casos de exportação de graneis, incluindo petróleo bruto e seus derivados.
 - II. Com necessidade de registro de RE prévio ao embarque das mercadorias e autorização concedida no Pedido de Embarque de Mercadoria e Termo de Responsabilidade, nos casos de exportação de Veículos novos.
 - III. Com registro de RE posterior ao embarque das mercadorias e sem necessidade de autorização prévia, nos casos de exportação de produtos perecíveis.
 - IV. Com registro de RE posterior ao embarque das mercadorias e sem necessidade de autorização prévia, nos casos de fornecimento de combustíveis e lubrificantes para embarcações ou aeronaves, em tráfego internacional.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - e) Somente as assertivas I e II estão corretas.
57. Com relação aos procedimentos simplificados para Despacho de Graneis previstos na IN RFB nº 1.282/2012, é correto afirmar:
- I. Serão sempre aplicáveis à descarga direta da mercadoria importada e transportada a granel, por veículo aquaviário, e ao processamento do correspondente despacho aduaneiro de importação, quando realizado com base em declaração, na modalidade de registro antecipado.
 - II. O Despacho Simplificado de Graneis previsto na referida IN abrange as operações de descarga direta da mercadoria para pátios, tanques, silos ou depósitos de armazenamento, ou para outros veículos, sob controle aduaneiro.
 - III. A descarga direta para outros veículos ou armazenamento em recinto não alfandegado deverá ser comunicada ao titular da unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que jurisdiciona o local da descarga, dentro do prazo de antecedência mínima estabelecido, acompanhada da anuência ou manifestação da autoridade competente, no caso de mercadoria sujeita a controle de outro órgão; e de manifestação dos respectivos permissionários ou concessionários, atestando a incapacidade de recepção da mercadoria, na hipótese de existência, no porto alfandegado de descarga, de recintos alfandegados para armazenagem do correspondente tipo de carga a granel.
 - IV. O descumprimento de prazo ou formalidade fixados na IN RFB nº 1.282/2012 implica na vedação à autorização automática de descarga direta prevista na referida instrução, nas importações subsequentes do importador.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - e) Somente as assertivas I e II estão corretas.

58. Poderá ser autorizado o registro de uma única declaração para mais de um conhecimento de carga nas seguintes situações:
- I. Nas importações destinadas a um único importador, as mercadorias corresponderem a uma só operação comercial e em razão do seu volume ou peso, o transporte for realizado por vários veículos ou partidas.
 - II. Nas importações destinadas a um único importador, as mercadorias corresponderem a uma só operação comercial e, em associação, um corpo único ou unidade funcional, completo, com classificação fiscal própria, equivalente à da mercadoria indicada na declaração e nos documentos comerciais que a instruem.
 - III. Nas importações destinadas a vários importadores, as mercadorias corresponderem a várias operações comerciais e em razão do seu volume ou peso, a carga encontre-se consolidada.
 - IV. Nas importações destinadas a um único importador, as mercadorias corresponderem a várias operações comerciais e, em razão do seu volume ou peso, a carga encontre-se consolidada.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - e) Somente as assertivas I e II estão corretas.
59. O sistema administrativo das importações brasileiras compreende as modalidades de importações dispensadas de licenciamento, importações sujeitas a licenciamento automático e importações sujeitas a licenciamento não automático. Estão sujeitas a licenciamento **não automático** as importações efetuadas nas situações relacionadas a seguir, exceto:
- a) sujeitas à obtenção de cotas tarifária e não tarifária.
 - b) amparadas dos benefícios da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio.
 - c) efetuadas ao amparo do regime aduaneiro especial de *drawback*.
 - d) sujeitas ao exame de similaridade.
 - e) operações que contenham indícios de fraude.
60. O regime especial de trânsito aduaneiro é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributos. São Modalidades do Trânsito Aduaneiro, exceto:
- a) transporte de mercadoria procedente do exterior, do ponto de descarga no território aduaneiro até o ponto onde deva ocorrer outro despacho.
 - b) o transporte de mercadoria estrangeira de um recinto alfandegado situado na zona secundária a outro.
 - c) o transporte, pelo território aduaneiro, de mercadoria estrangeira, nacional ou nacionalizada, verificada ou despachada para reexportação ou para exportação e conduzida em veículo com destino ao exterior.
 - d) a passagem, pelo território aduaneiro, de mercadoria procedente do exterior até o ponto onde deva ocorrer o despacho, no local de destino.
 - e) o transporte de mercadoria nacional ou nacionalizada, verificada ou despachada para exportação, do local de origem ao local de destino, para embarque ou para armazenamento em área alfandegada para posterior embarque.
61. Em certas importações, mesmo sendo direcionadas para canal de conferência, poderão ser desembaraçadas, sem verificação da mercadoria, as seguintes situações, exceto:
- a) mercadorias submetidas a despacho para consumo (nacionalização), desde que já tenha ocorrido a entrega da mercadoria ao importador após o despacho aduaneiro de admissão em regime aduaneiro especial, tais como as mercadorias admitidas nos regimes de Admissão Temporária, *Drawback*, Entrepasto Aduaneiro, Recof, Recom, Repetro, Repex e Reporto.
 - b) mercadorias transferidas de um regime aduaneiro especial para outro.
 - c) as obras de arte, literárias, históricas, fotográficas e audiovisuais, os instrumentos e equipamentos musicais, os cenários, as vestimentas e demais bens necessários à realização de exposições, mostra, espetáculo de dança, teatro ou evento semelhante de caráter predominantemente cultural, nos casos de despacho para consumo.
 - d) bens autorizados pelo titular da unidade da RFB do local do despacho, em casos justificados, no despacho para consumo, de mercadoria ingressada no País sob regime aduaneiro especial ou aplicado em área especial.
 - e) bens de caráter cultural, que, pela natureza, antiguidade, raridade ou fragilidade, exijam condições especiais de manuseio ou de conservação.

62. Sobre as importações realizadas por conta e ordem de terceiros, é correto afirmar que:
- a) a importação por conta e ordem de terceiro é um serviço prestado por uma empresa contratada, a qual promove, em seu nome, o despacho aduaneiro de importação de mercadorias adquiridas por outra empresa, a adquirente.
 - b) o importador de fato é a empresa importadora por conta e ordem, em razão da compra internacional.
 - c) a empresa contratada para realizar importação por conta e ordem não precisa de habilitação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), para registro da Declaração de Importação (DI).
 - d) a fatura comercial, documento instrutivo da DI, deverá identificar o importador por conta e ordem da mercadoria, refletindo, assim, a transação efetivamente realizada com o vendedor.
 - e) fica sujeita à aplicação de multa a importação por conta e ordem em que ocorrer ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, do comprador ou do responsável pela operação, mediante fraude ou simulação.
63. A funcionalidade “Anexação de Documentos Digitalizados” está disponível no Portal Único de Comércio Exterior, no endereço eletrônico <http://www.portalsiscomex.gov.br>, a qual permite ao importador/exportador e seus representantes legais perante o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) apresentar aos órgãos intervenientes no comércio exterior documentos de forma digitalizada. Sobre a anexação de documentos em formato digital, de acordo com as normas vigentes, é incorreto afirmar que:
- a) a Anexação de documentos digitais é autenticada via certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada.
 - b) os importadores e seus representantes podem anexar documentos digitais, por meio da funcionalidade Anexação de Documentos Digitalizados, se habilitados no Siscomex para operações de importação.
 - c) a recepção automática dos documentos no sistema Siscomex Importação ocorre após a vinculação do dossiê com os documentos instrutivos do despacho à Declaração de Importação (DI).
 - d) o importador deve vincular o dossiê eletrônico à DI, com os documentos instrutivos digitalizados, independente do canal direcionado para conferência.
 - e) os originais dos documentos instrutivos à DI, anexados digitalmente ao Dossiê vinculado à declaração, devem ser mantidos em poder do importador pelo prazo previsto na legislação.
64. O despacho aduaneiro de importação pode ser realizado por meio da Declaração Simplificada de Importação (DSI) – Formulário, sem registro no Siscomex, instruído com os documentos próprios para cada caso, quando se tratar de importação de:
- a) livros, jornais, periódicos, documentos, folhetos, catálogos, manuais e publicações semelhantes importados com finalidade comercial, sujeitos ao pagamento de tributos.
 - b) bens trazidos por equipe esportiva estrangeira ou a ela destinados, para seu uso ou consumo.
 - c) medicamentos, sob prescrição médica, importados por pessoa física ou pessoa jurídica.
 - d) amostras com valor comercial.
 - e) animais de vida doméstica, com cobertura cambial e sem finalidade comercial.
65. Entre as situações listadas, o despacho de exportação poderá ser cancelado
- a) pelo exportador, quando constatado erro involuntário em registro, passível de correção no Sistema.
 - b) pela fiscalização aduaneira, a pedido formal do exportador, quando ocorrer desistência do embarque, acompanhada de comprovação documental.
 - c) pelo anuente, quando constatado descumprimento das normas de exportação.
 - d) pelo exportador, depois do envio da declaração para despacho.
 - e) automaticamente, após 10 (dez) dias do registro da DE sem que tenha sido enviada a declaração para despacho.
66. A Declaração de Importação (DI) é registrada pelo importador e consiste na prestação das informações correspondentes à operação de importação, contendo dados de natureza comercial, fiscal e cambial sobre as mercadorias. Assinale, entre as opções abaixo, um tipo de DI que o importador pode registrar no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex):
- a) Normal
 - b) Antecipada
 - c) Fracionada
 - d) Posteriori
 - e) Consumo

67. Do perdimento da mercadoria, é incorreto afirmar que:
- aplica-se a pena de perdimento da mercadoria oculta, a bordo do veículo ou na zona primária, qualquer que seja o processo utilizado, por configurar dano ao Erário.
 - de acordo com a legislação vigente, as infrações em que se aplicam a pena de perdimento poderão ser punidas com multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria, na importação, ou ao preço constante da respectiva nota fiscal ou documento equivalente, na exportação, quando a mercadoria não for localizada, ou tiver sido consumida ou revendida.
 - o importador, antes de aplicada a pena de perdimento, poderá iniciar ou retomar o respectivo despacho aduaneiro, mediante o cumprimento das formalidades exigidas e o pagamento dos tributos incidentes na importação, acrescidos dos juros e da multa de mora, e das despesas decorrentes da permanência da mercadoria no recinto alfandegado.
 - quando retomado o despacho aduaneiro, antes de aplicada pena de perdimento, são devidos os juros e a multa de mora somente nos casos em que tenha sido lavrado o auto de infração relativo ao perdimento.
 - o imposto de importação não incide sobre mercadoria estrangeira que tenha sido objeto da pena de perdimento, exceto na hipótese em que não seja localizada, tenha sido consumida ou revendida.
68. Conforme legislação vigente, a averbação do embarque ou da transposição de fronteira no despacho de exportação consiste em:
- confirmar a saída, do País, da mercadoria objeto do despacho de exportação.
 - cumprir as exigências formuladas durante o despacho.
 - corrigir divergências em nível de despacho e de registro de exportação (RE).
 - verificar a exatidão dos dados declarados pelo exportador em relação à mercadoria.
 - obter o deferimento do registro de exportação (RE), excetuados os casos dispensados ou para os quais seja utilizada a Declaração Simplificada de Exportação (DSE).
69. Havendo indícios de irregularidade na importação, punível com a pena de perdimento ou que impeça seu consumo ou comercialização no País, independentemente do início ou término do despacho aduaneiro, poderá ser aplicado procedimento especial de controle, sendo o despacho interrompido. De acordo com a legislação vigente, as situações de irregularidade compreendem, entre outras hipóteses, os casos de suspeita abaixo, exceto:
- a autenticidade, decorrente de falsidade material ou ideológica, de qualquer documento comprobatório apresentado, inclusive quanto à origem da mercadoria, ao preço pago ou a pagar, recebido ou a receber.
 - a falsidade ou adulteração de característica essencial da mercadoria.
 - a importação proibida, atentatória à moral, aos bons costumes e à saúde ou ordem públicas.
 - a ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou de responsável pela operação, mediante fraude ou simulação, inclusive a interposição fraudulenta de terceiro.
 - o erro de preenchimento da declaração de conteúdo, inclusive nos documentos de transporte.
70. No despacho de exportação, a informação da Presença de Carga no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) consiste na confirmação da chegada e localização da carga destinada à exportação. Sobre esta etapa do despacho, é correto afirmar que:
- os dados referentes a inclusão, retificação e exclusão da presença de carga no sistema Siscomex Exportação consistem, entre outros, das seguintes informações: CNPJ/CPF do depositário ou do exportador, código da Unidade, Recinto e Setor do Despacho Aduaneiro, localização da carga, quantidade de volumes, peso bruto, peso líquido, *incoterm* e valor comercializado.
 - o Siscomex Exportação registra a informação de presença de carga ainda que a quantidade de volumes indicada na função for diferente da informada pelo exportador, por ocasião da Declaração de Exportação (DE).
 - o registro da presença de carga é obrigatório para os despachos de exportação por meio de Declaração Simplificada de Exportação (DSE) com armazenagem.
 - no caso de Declaração de Exportação (DE), a informação da presença de carga será posterior à execução da função "Envio de Declaração para Despacho Aduaneiro", no Siscomex.
 - na Declaração de Exportação, a informação da presença de carga será prestada sempre pelo Depositário da mercadoria.

IDENTIFICAÇÃO MERCEOLÓGICA

71. Em relação ao Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.

- I. O valor aduaneiro deve ser determinado pela aplicação sucessiva dos 6 métodos de valoração, de forma que se selecione aquele que oferecer o maior valor.
 - II. O segundo e o terceiro métodos referem-se ao valor de transação de outras mercadorias que não aquelas objeto da valoração.
 - III. Não poderá ser aceito valor aduaneiro inferior a 15% do preço usual praticado em mercados atacadistas globais, para mercadorias idênticas ou similares.
 - IV. O importador não poderá optar pela inversão de ordem de aplicação dos 6 métodos.
 - V. O primeiro método determina que, uma vez compatível com o preço internacional, o valor aduaneiro será o valor de transação da mercadoria importada.
- a) Estão corretas apenas as proposições II e IV.
 - b) Estão corretas apenas as proposições I, III e V.
 - c) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V.
 - d) Estão corretas apenas as proposições II e V.
 - e) Estão corretas apenas as proposições III e IV.

72. Considerando o Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), assinale a opção correta.

- I. Havendo vinculação entre o comprador e o vendedor, nunca poderá ser aplicado o primeiro método de valoração.
 - II. Restrições à cessão ou à utilização das mercadorias pelo comprador, que sejam impostas ou exigidas pela administração pública do país de importação, não impedem a utilização do primeiro método de valoração.
 - III. Caso alguma parcela da revenda das mercadorias pelo comprador beneficiar direta ou indiretamente o vendedor, sendo possível quantificar tal parcela e realizar o referente ajuste ao preço, poderá ser utilizado o primeiro método de valoração.
 - IV. Comissões de venda suportados pelo comprador, incluídos no preço efetivamente pago pelas mercadorias, deverão ser acrescentadas ao preço efetivamente pago ou a pagar pelas mercadorias na determinação do valor aduaneiro.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - b) Somente a proposição IV está correta.
 - c) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

73. Com base nas informações abaixo e fazendo uso do primeiro método de valoração para determinar o valor aduaneiro da mercadoria, assinale a opção correta.

Preço efetivamente pago em uma venda para exportação para o país de importação, estando a mercadoria disponível dos limites do território do país de exportação	R\$ 1.050.000,00
Frete até o ponto alfandegado de descarga no país de importação	R\$ 35.000,00
Frete no território do país de importação	R\$ 10.000,00
Seguro até o ponto alfandegado de descarga no país de importação	R\$ 12.000,00
Seguro no território do país de importação	R\$ 3.000,00
Comissões de compra suportadas pelo comprador	R\$ 15.000,00
Custo de embalar suportado pelo comprador	R\$ 30.000,00

- a) O valor aduaneiro será de R\$ 1.142.000,00.
 - b) O valor aduaneiro será de R\$ 1.127.000,00.
 - c) O valor aduaneiro será de R\$ 1.085.000,00.
 - d) O valor aduaneiro será de R\$ 1.145.000,00.
 - e) O valor aduaneiro será de R\$ 1.097.000,00.
74. Não sendo possível a utilização do primeiro método de valoração, o valor aduaneiro de 1.950kg de esferas de aço de 5cm de diâmetro, importadas do Chile para o Brasil em julho de 2016, será o valor de transação de:
- a) 1.950kg de esferas de aço de 5cm de diâmetro, importadas do Chile para o Brasil em janeiro de 2010.
 - b) 1.950kg de esferas de aço de 5cm de diâmetro, importadas do Chile para o Uruguai em março de 2016.
 - c) 2.000kg de esferas de aço de 5cm de diâmetro, importadas da China para o Brasil em julho de 2016.
 - d) 1.960kg de esferas de aço de 5cm de diâmetro, importadas do Chile para o Brasil em julho de 2016.
 - e) 10.000kg de esferas de aço de 2cm de diâmetro, importadas do Chile para o Brasil em junho de 2016.

75. Sobre os Acordos de Complementação Econômica (ACE) de que o Brasil é signatário, assinale a opção correta.
- O Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35) envolve Estados-Partes do Mercosul e o México.
 - O Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18) envolve os Estados-Partes do Mercosul.
 - Nas importações da Bolívia para o Brasil, utiliza-se o Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE 53).
 - O importador poderá utilizar o Acordo de Complementação Econômica que lhe for vantajoso, independentemente da origem da mercadoria importada.
 - As importações sobre o amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18) não representam parcela significativa das importações brasileiras efetuadas com amparo de acordos de preferência tarifária.
76. Sobre a estrutura comum dos regimes de origem, analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.
- Minerais extraídos são exemplos de mercadorias totalmente obtidas.
 - Mercadorias totalmente obtidas são as mercadorias em seu estado natural.
 - Mercadorias inteiramente produzidas são as mercadorias processadas a partir de mercadorias totalmente obtidas e de mercadorias importadas de outro país signatário do Acordo.
 - Carne bovina desossada e congelada, originária da Argentina a partir de gado argentino, é um exemplo de mercadoria totalmente obtida na Argentina.
 - Um dos critérios do Regime de Origem do Mercosul é a mudança de classificação tarifária.
- Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - Somente a proposição IV está correta.
 - Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - Somente as proposições III e V estão corretas.
 - Todas as proposições estão corretas.
77. Sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), analise as proposições abaixo e assinale a opção correta.
- O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) objetiva, sobretudo, uma maior facilitação do comércio internacional, aperfeiçoando a coleta e a análise de dados estatísticos e buscando uma diminuição de gastos e encargos, através da adoção de um sistema único de designação e de codificação de mercadorias.
 - O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) é administrado pela Organização Mundial de Aduanas (OMA), que o atualiza de quatro em quatro anos.
 - Entende-se por Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias ou, simplesmente, Sistema Harmonizado, a Nomenclatura, compreendendo as posições e subposições e respectivos códigos numéricos, as Notas de Seção, de Capítulo e de subposição, bem como as Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado.
 - As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (NESH) contêm as descrições técnicas das mercadorias e as indicações práticas internacionalmente aceitas quanto à classificação e à identificação das mercadorias.
- Somente a proposição I está correta.
 - Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - Todas as proposições estão corretas.

78. Quanto à estrutura do Sistema Harmonizado (SH) e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), assinale a opção correta.

NCM	DESCRIÇÃO
38.12	Preparações denominadas “aceleradores de vulcanização”; plastificantes compostos para borracha ou plástico, não especificados nem compreendidos noutras posições; preparações antioxidantes e outros estabilizadores compostos, para borracha ou plástico.
3812.10.00	- Preparações denominadas “aceleradores de vulcanização”
3812.20.00	- Plastificantes compostos para borracha ou plástico
3812.3	- Preparações antioxidantes e outros estabilizadores compostos, para borracha ou plástico:
3812.31.00	-- Misturas de oligômeros de 2,2,4-trimetil-1,2-dihidroquinolina (TMQ)
3812.39	-- Outros
3812.39.1	Para borracha
3812.39.11	Que contenham derivados N-substituídos de <i>p</i> -fenilenodiamina
3812.39.12	Que contenham fosfitos de alquila, de arila ou de alquil-arila
3812.39.19	Outros
3812.39.2	Para plástico
3812.39.21	Que contenham derivados N-substituídos de <i>p</i> -fenilenodiamina
3812.39.29	Outros

- a) Misturas de oligômeros de 2,2-dimetil-1,2-dihidroquinolina se classificam no código 3812.31.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 3 b) do Sistema Harmonizado.
- b) Plastificantes compostos para borracha ou plástico se classificam no código 3812.20.00 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 4 e 6 do Sistema Harmonizado.
- c) A subposição 3812.10 está desdobrada no âmbito do Mercosul.
- d) Preparações antioxidantes para plástico que contenham fosfitos de arila se classificam no código 3812.39.12 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 2 b) e 6 do Sistema Harmonizado e da Regra Geral Complementar (RGC) 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul.
- e) Preparações antioxidantes para plástico, que contenham fenil- α -naftilamina (PAN), se classificam no código 3812.39.29 da NCM com o uso das Regras Gerais de Interpretação (RGI) 1 e 6 do Sistema Harmonizado e da Regra Geral Complementar (RGC) 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

79. Analise a estrutura da posição 48.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), apresentada abaixo, e assinale a opção incorreta.

NCM	DESCRIÇÃO
58.04	Tules, filó e tecidos de malhas com nós; rendas em peça, em tiras ou em motivos, para aplicar, exceto os produtos das posições 60.02 a 60.06.
5804.10	- Tules, filó e tecidos de malhas com nós
5804.10.10	De algodão
5804.10.90	Outros
5804.2	- Rendas de fabricação mecânica:
5804.21.00	-- De fibras sintéticas ou artificiais
5804.29	-- De outras matérias têxteis
5804.29.10	De algodão
5804.29.90	Outras
5804.30	- Rendas de fabricação manual
5804.30.10	De algodão
5804.30.90	Outras

- a) As rendas de fabricação mecânica de algodão classificam-se no código 5804.29.10 da NCM.
- b) Os tules de algodão classificam-se no código 5804.10.10 da NCM.
- c) As rendas de fabricação manual de fibras sintéticas classificam-se no código 5804.21.00 da NCM.
- d) Os filós, exceto de algodão, classificam-se no código 5804.10.90 da NCM.
- e) As rendas de fabricação mecânica, exceto de fibras sintéticas ou artificiais e de algodão, classificam-se no código 5804.29.90 da NCM.

80. Quanto às Regras Gerais para Interpretação (RGI) do Sistema Harmonizado, assinale a opção correta.

- a) Os estojos dos tipos normalmente utilizados para máquinas de barbear, quando apresentados com as máquinas de barbear a que se destinam, classificam-se separadamente das máquinas de barbear.
- b) Qualquer referência a obras de uma matéria determinada abrange as obras constituídas inteira ou parcialmente por essa matéria.
- c) A classificação de uma determinada mercadoria deve-se basear nos títulos das Seções e dos Capítulos, nos textos das posições e das Notas de Seção e de Capítulo.
- d) Qualquer referência a um artigo em determinada posição abrange esse artigo mesmo desmontado ou por montar, independentemente de apresentar, no estado em que se encontra, as características essenciais do artigo montado.
- e) Conforme a Regra Geral de Interpretação (RGI) 5, as embalagens suscetíveis de utilização repetitiva classificam-se obrigatoriamente com as mercadorias por elas acondicionadas.



www.esaf.fazenda.gov.br